

Agualusa, José Eduardo. *Nação crioula*. A correspondência secreta de Fradique Mendes. Rio de Janeiro, Gryphus, 1998, 159 p.

Genial. Grande idéia! Estas foram as primeiras palavras que me vieram à boca quando tive em mãos o *Nação crioula*. Não tinha nem mesmo começado a ler a primeira página. Estava ainda na contracapa e vi que a personagem central da obra era o famoso Carlos Fradique Mendes, personagem do qual, supostamente, Eça de Queiroz teria publicado a correspondência. Isto me intrigou e lá fui eu, ávido, para a leitura da obra, o que fiz de um fôlego só.

José Eduardo Agualusa, um jovem e bem sucedido escritor angolano, tomou emprestado o personagem do Eça e o meteu em mil e uma peripécias por terras africanas e brasileiras e a obra se constrói através das supostas cartas escritas por Fradique narrando suas aventuras e desventuras pessoais, políticas e amorosas. As cartas, por sua vez, teriam supostamente servido de base à publicação que Eça fez, em 1900. Esta trama, por si, já seria mais que um convite à leitura; mas a obra tem outras dimensões instigantes.

Toda a trama se desenvolve entre maio de 1868, quando Fradique descreve à Madame de Jouarre, sua madrinha, sua chegada a Luanda e ter-

mina com a carta de Ana Olímpia, sua amada, a Eça de Queiroz, em agosto de 1900. Exceto esta última, todas as demais vinte e cinco cartas são da lavra de Fradique e os temas nelas tratados vão dos eventos pessoais até os políticos e a paisagem social de três continentes, nas últimas três décadas do século XIX, vistos por seus olhos e narrados para estes três supostos interlocutores. Nelas afloram tanto os conflitos, as angústias, as esperanças pessoais do próprio Fradique, quanto os problemas mais agudos das sociedades angolana e brasileira confrontados com a questão da escravidão e da ilegalidade do tráfico, dentre outras. Mas vamos à obra.

A primeira carta de Fradique narra seu desembarque “às costas de dois marinheiros”, acompanhado de seu criado escocês, numa Luanda que descreve como tendo um “ar quente e húmido [sic], cheirando a frutas e a cana-de-açúcar”, que escondia um odor melancólico, “como o de um corpo em decomposição”, cheiro que outros viajantes já teriam descrito como sendo o da África. A cidade lhe parecia fatigada, o cais um desvario, tumulto, gritaria de pessoas e de animais que transitavam por ruas tortas

e mal empedradas, nada que se assemelhasse à sua Europa e aos ventos da modernidade higienista.

Foi recebido por Arcénio de Carpo, que, como era comum também em terras brasileiras, embora não fosse militar, ostentava o pomposo título de coronel comandante das províncias do Bié, Bailundo e Embo, sobre as quais Portugal não exercia qualquer poder e onde nem mesmo mantinha qualquer corpo militar. O coronel, como de resto, neste tempo, toda a família luandense de prestígio e poder, tinha feito fama e fortuna dedicando-se a contribuir para o “crescimento do Brasil”, ou seja, a traficar escravos. Para Arcénio, o movimento emancipador não era senão fruto de um conluio envolvendo britânicos e norte-americanos, temerosos da emergência de uma nova potência na América do Sul. Aliás, diga-se de passagem, a sucessiva legislação editada pelo marquês de Sá da Bandeira, a partir da terceira década do século XIX, visava não o fim da escravatura mas o fim do tráfico de escravos, pois julgava que sua continuidade beneficiava exclusivamente o Brasil, uma nação independente, desprovido e desvalorizando as terras africanas sob jurisdição, ainda que nominal, portuguesa.

Como em todas as sociedades escravistas, também na Luanda de então, o ato de trabalhar era considerado uma atividade “inferior e insalubre”,

própria de cativos, daí que, mesmo os personagens progressistas ou, os ainda mais raros, adeptos da “revolução libertária”, leitores de Proudhon e Bakunin, como Victorino Vaz de Caminha, baiano de nascimento, que, após 1822, preferiu continuar português em terras angolanas, não hesitava em defender o escravismo, tendo, mesmo, batizado como Liberdade, Igualdade e Fraternidade seus três navios negreiros. A lógica de Victorino não era de todo estropiada ou original, afinal, os revolucionários franceses não mantiveram, na Constituição de 1791, a legitimidade da escravatura nas colônias?

Passado um mês do desembarque, o estranhamento inicial foi sendo substituído por um envolvimento com a terra ou, mais propriamente, Fradique e seu criado Smith foram sendo envolvidos pela terra, seus hábitos e costumes. Este último rapidamente “converteu-se em calorosa culinária angolense” e, em meio à criação local, deliciava-se com o funge e o feijão e integrava-se na rede de informação oral recolhendo o que se dizia pela cidade e analisando sua composição social. Fradique começou a integrar-se ao meio participando de uma festa, na qual se dançava a rebita, onde foi apresentado à sociedade local. Nela conheceu Gabriela Santamarinha, a “Boca Maldita”, cuja feiura Fradique descreve citando o “Boca do Inferno”, Gregório de

Mattos. Senhora violenta, viperina e fixada em poder dispor de cativas brancas, quase brancas ou mesmo albinas. Conheceu também o seu oposto: a “mulher mais bela do mundo”, Ana Olímpia. A partir daí Fradique já se sente “quase africano”. É em torno deste amor que muitas das aventuras se desenrolam. Só adianto aqui que Ana Olímpia, filha de rei congolês tornado escravo, de escrava, torna-se uma das “mulheres mais ricas do país, senhora de muitos escravos, poderosa, respeitada” e educada, mas que, pelos descaminhos a que nos leva a vida, cairá nas garras da “Boca Maldita” e depois será esposa de Fradique. Parece enredo de folhetim e de romances de cavalaria, onde a bela cai em desgraça e é salva pelo herói? Se não foi esta a inspiração, nada fica a dever-lhes. Entretanto, aqui, se os homens são fortes e destemidos, as mulheres, principalmente as africanas, não lhes ficam atrás.

Fradique embrenha-se pelo sertão em busca de conhecidos e topa com o desconhecido. Busca um seu amigo de academia, médico fanfarrão, e encontra um outro homem, taciturno em português, mas vivaz em umbundu, que recorre aos curandeiros quando a sua ciência encontra limites, enfim, um homem que, como conclui Fradique, foi “colonizado pelo país”. E o que não dizer do enérgico e “milagreiro” padre Nicolau dos An-

jos, que, apesar de negro e anão, era respeitado por todos em toda parte e cuja atuação incomodava o próprio papa? São tipos que, aparentemente, nos parecem fantásticos, mas, sem dúvida, são factíveis. Aliás, o próprio autor/Fradique, num exercício de metalinguagem, tenta convencer o seu leitor Eça de Queiroz de que não faz “literatura”, pois tais figuras são tão especiais que “somente a Realidade, na sua vertiginosa e inexcedível insensatez, se atreve a sonhar tais prodígios” e que, entre literatura e vida, ele preferia a vida. Este mergulho na vida do sertão torna Fradique ainda mais aberto às diferenças culturais. Ratos ou gafanhotos assados, acepipes da culinária local, não lhes causam repugnância. Lembra ele que na Grécia e na Roma da antiguidade a entomofagia era corrente, e que, até nos seus dias, os caracóis eram apreciados nas tascas lisboetas. Não o fez, mas poderia ter mencionado a educada Paris e sua paixão pelos *escargots*. Embora estranhe a habilidade de um velho em consultar o *inkisse* e dele ouvir respostas, não parece mais dele duvidar e argumenta que “se é possível, como me dizem que é, transmitir a voz humana a grande distância através de simples fios de cobre, então porque não há-de ser possível a um boneco de pau ter visões e falar?!”. Esvai-se, pouco a pouco, ao longo da obra, por conta de reflexões e analogias como estas

saídas da boca de Fradique – tido como um “poeta satanista”, “profeta do naturalismo” e “vate da modernidade” – a falsa oposição entre modernidade e tradição, entre progresso e atraso, entre civilização e barbárie, que tanto atormentava as mentes educadas do final do século, e que, vez ou outra, ainda hoje, não deixa de fazer sucesso em algumas respeitáveis rodas intelectuais que, incapazes de entender o “outro”, relegam-no ao limbo do “atraso”, imputando-lhe o atravancamento do progresso nacional.

Nação crioula? Era o nome do brique que, carregado de escravos para o Porto das Galinhas, em Pernambuco, ironicamente, trouxe Fradique, um opositor da escravidão, em fuga para o Brasil. O epíteto, contudo, podia muito bem ser aplicado tanto a Angola, ou ao menos a Luanda, quanto ao Brasil, principalmente ao Nordeste e à região mineira. Desembarcados, Fradique e sua amada, seguem para Olinda e Pernambuco, onde o missivista novamente depara-se com um clima de entorpecimento que envolve coisas e pessoas; mas, o que mais lhe chamou a atenção foi o fato de que os ricos eram “odiosamente ricos”, em contraste com a miséria do povo. Ricos que, como em toda parte, deliciavam-se com as mazurcas, com as fofocas e com as intrigas de salão. Nada mais atual. De Pernambuco, nosso personagem despachou-

se para o Recôncavo baiano, onde tornou-se senhor de engenho e escravos ao comprar o Engenho Cajaíba! Aqui, no Recôncavo, Fradique começa a viver uma nova etapa de sua vida. Convive com remanescentes da rebelião de 1835, que abalou Salvador, como o velho Cornélio, haussá, que sonha poder voltar à África, não em busca de conhecidos, mas em busca de si mesmo. Fradique, com informações do velho Cornélio, avança com tentativas de explicações sobre o significado de tais revoltas e traça um delicado perfil da paisagem social que o cerca, principalmente dos escravos e libertos, das “belíssimas mulheres da Costa da Mina” e das relações sociais em torno da questão do trabalho. No engenho, afastado de Salvador, imagina poder viver em paz e em harmonia com a natureza, longe dos atropelos das multidões e ao lado de sua Ana Olímpia, “bela como um anjo, mas com todos os outros preciosos atributos de que estes foram privados”.

Vã ilusão. Passados dois meses da compra do engenho, decidiu, de acordo com suas convicções, alforriar todos os seus escravos. O gesto trouxe, a São Francisco do Conde, José do Patrocínio e Luís Gama, expoentes do movimento abolicionista, cujos argumentos e idéias centrais são expostos ao longo do livro, bem como os de André Rebouças e de Manuel Querino. Tanto a alforria quanto a pre-

sença dos militantes antiescravocratas acabaram atiçando a ira dos coronéis que, temendo por seu patrimônio, juraram Fradique de morte. Esta conjuntura lançou-o de cabeça no projeto abolicionista que o levará ao Rio e à Europa com a missão de denunciar o escândalo da escravidão, pois, embora estivesse convicto de que não se conseguiria vencer os escravocratas pelo opróbrio e pela vergonha, ao menos poder-se-ia, com tais denúncias, impedir que desfilassem impunemente pelos elegantes *boulevards* parisienses. Afinal conclui: “para que quer um rico latifundiário brasileiro todo o seu poderio se não o puder livremente exercer em Paris?”. Parece-lhes familiar?

Em Lisboa, ao lado de seu amigo Eça, vai, finalmente, reencontrar-se com o verdadeiro Portugal, não no Chiado ou no Rossio, mas numa taverna da popular Mouraria. “sentado entre vadios e varinas, cantando o fado, cheirando brutalmente a alho e a suor”. De origem aristocrata, ambos desiludidos, buscavam no povo – escravos, libertos, mulatos abolicionistas, vadios, varinas – a motivação para suas vidas. A “civilização” e os valores “civilizados”, que faziam parte de sua cultura e formação, pareciam cada vez ter menos significado, e Fradique o explicita com todas as letras, não só “arrotando a Pátria” pelas ruas lisboetas, depois de um prosaico bacalhau e um tinto “óptimo”, mas, também,

considerando próximos tanto um “cavalheiro melancólico” que frequenta os luxuosos salões parisienses, como um “remoto canibal do Alto Amazonas”. A velha pátria portuguesa parecia-lhe já não mais existir e nem mesmo a presença portuguesa na África parecia-lhe ter qualquer significado. Retomando, sem o citar, argumentos formulados por seu contemporâneo Oliveira Martins, Fradique partilha com este a opinião de que Portugal não tem qualquer importância para África e, na verdade, nem mesmo “está na África”. Os colonos são lá abandonados, esquecidos e rapidamente perdem a memória da pátria, “cafrealizando-se”. Fradique, portanto, partilha deste que foi um dos principais temores da geração intelectual portuguesa, dos anos 80 do século XIX, que reunia, entre outros, António Ennes e Mousinho de Albuquerque. Intelectuais que, de teóricos, passaram a agentes diretos da ocupação militar em África que, ao destruir os potentados africanos, abriu caminho para uma ocupação efetiva, mais “racional”, mais dirigida, na qual a colonização deixava de assentar-se no aventureiro e no degredado, para sustentar-se em núcleos familiares brancos, os colonatos, impedindo, ou, ao menos dificultando, a miscigenação e a “cafrealização”. Fradique sugere mesmo que se transfira a capital do Reino para Luanda, com seus ministérios, mas, naturalmente, também

com os deliciosos “pastéis de Belém”. Certamente, se tal sugestão fosse acatada, talvez Angola pudesse se aportaruguesar a toque de caixa. Como português, não consegue imaginar que tal transferência de famílias europeias teria, para os angolanos, um preço extremamente alto, tal como a ocupação efetiva, anos depois, o provou. Esta defesa de um colonialismo mais racional e efetivo faz emergir as contradições que perpassavam a alma de Fradique, assim como a de alguns dos portugueses educados e, por vezes, socialistas, do final do século XIX e princípios deste.

Este *Nação crioula* faz emergir uma dimensão da história de três continentes que, quase sempre, são tratados de maneira fragmentária e isolada. Conduz-nos a uma re-leitura do velho conceito de “sistema colonial” triangular. Como ligação entre África, Europa e Brasil, está o Atlântico que, longe de separar, os unia. Neste espaço circulam não só mercadorias mas sobretudo pessoas e ideias que eram relidas e re-interpretadas nos novos contextos.

O leitor com certeza sentirá falta de qualquer comentário de Fradique, que morreu em Paris no final de 1888, acerca da libertação dos escravos no Brasil, ocorrida em maio. Esta ausência é menos compreensível ainda porque do perfil da personagem destaca-se o fato de ser um antiescravocrata que dedicou e arriscou a sua

vida a esta causa e sobre a qual alinhara, em suas cartas, as opiniões dos mais ilustres abolicionistas brasileiros, dentre os quais José do Patrocínio, para quem deveriam ser os negros e mulatos os autores de sua libertação pois, do contrário, “se forem os brancos a oferecerem a liberdade aos pretos nunca mais seremos realmente livres. temos de ser nós a conquistar a liberdade para que possamos depois olhar para vocês de igual para igual”, dizia ele a Fradique. Premonição de Patrocínio? O certo é que a abolição ocorreu justamente da maneira que ele temia e o futuro teve e tem que se debater com as questões por ele formuladas. Fradique não teria nada a dizer a respeito já que, não sendo tão otimista quanto Patrocínio, acreditava que a abolição seria obra dos filhos dos senhores de escravos, tal como a independência tinha sido iniciativa dos filhos dos colonizadores portugueses? Estranho silêncio.

O autor e a editora, preocupados em conferir credibilidade às cartas de Fradique, procuraram manter na edição brasileira a grafia do português tal como se escreve em terras lusitanas; mas, se esta era a intenção, por que usaram “quilômetros” e “hectares” e não “léguas”, “alqueires”, “tarefas” ou “braças”? Não cometeram anacronismo, já que o sistema métrico era oficial no Brasil desde 1862, mas estes últimos, e não os oficiais, eram, e ainda são, termos correntes

cujo uso, com certeza, ajudaria a dar maior verossimilhança à obra. Há ainda algumas palavras que estão grafadas de forma diferente – mazureca/ masurca, Vezúvio/Vesúvio e outras – o que, contudo, não a compromete. *Nação crioula*, além de propiciar uma leitura prazerosa, pode ser utilizado como um excelente material de apoio

didático a quantos se debruçam sobre o estudo das sociedades brasileira, portuguesa e angolana do final do século XIX. Portanto, deliciem-se com a leitura, e bom trabalho!

Valdemir Zamparoni

Professor-Visitante

Mestrado em História/UFBA

Costa, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. 415p.

Emília Viotti da Costa escreveu, há 32 anos, um livro sobre a escravidão nas regiões cafeeiras do Centro-Sul do Brasil. *Da senzala à colônia* (4ª ed. São Paulo, Editora da UNESP, 1998), que se tornou um clássico de nossa historiografia. Escreveu também *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (São Paulo, Ciências Humanas, 1979), uma coletânea de ensaios. Desde que foi aposentada compulsoriamente pela ditadura militar em 1969 e passou a ensinar na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, escreveu apenas um livro, este aqui resenhado. Valeu a pena esperar o retorno desta grande historiadora.

Coroa de glória, lágrimas de sangue foi publicado no Brasil cinco anos

após sua edição em inglês pela Oxford University Press. Viotti escreveu a versão original num inglês elogiado pelos americanos, mas não fez a tradução para a própria língua. A tradutora, Anna Olga de Barros Barreto, realizou um ótimo trabalho, embora possamos discordar de escolhas feitas aqui e ali.

O livro trata de uma revolta escrava em 1823, em Demerara, colônia que juntamente com Esequibo e Berbice formavam a Guiana Inglesa. O assunto não é completamente novo para os estudiosos da escravidão, em particular da resistência escrava. A revolta de Demerara, em 1823, é um episódio obrigatório para quem escreve sobre os anos finais da escravidão nas colônias britânicas.¹ Afinal, foi uma

¹ Ver por exemplo, Michael Craton, *Testing the chains: resistance to slavery in the British West Indies, Ithaca e Londres*. Cornell University Press, 1982, cap.21.